

O PASSADO É TAMBÉM, UMA FICÇÃO DO PRESENTE: HISTÓRIA E NARRATIVA

*THE PAST IS ALSO, THIS ONE'S FICTION:
HISTORY AND NARRATIVE*

Everton Demetrio¹

RESUMO: A maneira de fazer ciência, típica do século XIX com sua ânsia pelo método e pela verdade absoluta, esfacela-se em função do surgimento de novas abordagens do real, que levam em consideração a interface com outras áreas do conhecimento com vistas a abordagens que permitam acessos variados ao real. Narrativa entre outras, a história singulariza-se, no entanto, pela relação específica que mantém com a verdade, pois ela tem, de fato, a pretensão de remeter a um passado que realmente existiu. O que pode então, a partir daí, diferenciar o enredo histórico e o enredo romanesco? Para horror daqueles que concebem a ciência como lugar de certezas, este texto reflete sobre as tensões que envolvem a narrativa histórica e a sedução eterna do exercício da criação literária sobre aqueles que lapidam a escrita da história. E como tal, escrita da história e criação literária cruzam-se neste, partilhando das veredas imagéticas de João Guimarães Rosa.

PALAVRAS-CHAVE: História e Narrativa; Verdade e Ficção; Guimarães Rosa

ABSTRACT: The way to do science, typical of the nineteenth century with the method and its desire for absolute truth, crumbles in light of the emergence of new approaches to real, which take into account the interface with other areas of knowledge with a view to enabling approaches varying access to the real. Among other narrative, the story distinguishes itself, however, specifies the relationship it has with the truth, as she has, in fact, the claim to refer to a past that did exist. What then can, thereafter, to differentiate the fictional historical plot and storyline? To the horror of those who conceive of science as a place of certainty, this text reflects on the tensions surrounding the historical narrative and the lure of eternal pursuit of literary works on those who polish the writing of history. As such, literary history and literary creation in this cross, sharing the paths of the image of João Guimarães Rosa.

KEYWORDS: History and Narrative; Truth and Fiction; Guimarães Rosa

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com a dissertação: O Entre-lugar do Sertão Rosiano: Transculturação narrativa e formação nacional na novela *Buriti* de Guimarães Rosa. Contato: evertondemetriopb@yahoo.com.br. Artigo enviado em: 10/10/2011 e aceito em: 19/12/2011.

A arte de escrever histórias consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida todo o resto; mas, concluída a página, retoma-se a vida, e nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada.

(CALVINO, Ítalo. **O cavaleiro inexistente**. 1993: 59)

I

A vida soa como se fosse um mau texto, transita entre erros e acertos, sendo o sido uma parte do que nunca fora; e o que nunca pensara ser uma hora se faz jus. Digo a isto a respeito do “Baldo”, Riobaldo, narrador e personagem do *Grande Sertão: Veredas*. Afirma, num átimo, o balancear da vida, o esforço de percepção de que “Tudo é, e não é”, configurando a existência de tudo segundo ambiguidades. “Em desde aquele tempo, eu já achava que a vida da gente vai em erros, como um relato sem pés nem cabeça (...)” (ROSA, 1985, p. 232) confirma, Riobaldo ao interlocutor na sua demandada narrativa. “Contar é muito, muito difícil”, resulta daí a importância e necessidade do narrador em se mover num campo de possibilidades, à respeito do que escolher e privilegiar no ato de contar. Que o viver é caótico, confuso, desordenado, o narrador menciona constantemente. Para impor uma ordenação, não à vida, porque ela já passou, mas ao que dela restou na memória, é preciso refletir sobre ela e torná-la texto (Cf. GALVÃO, 1986, p. 89).

Grande Sertão: Veredas se forma por meio de múltiplas polaridades: eis que surge Riobaldo, jagunço torto, meio aos avessos – pois que dotado de uma característica que lhe distingue dos outros jagunços: é um homem letrado. Destino duplo, de jagunço e ser pensante; narrador-personagem, Riobaldo passa sua vida a limpo, examinando sua travessia pelo Ser-tão – mágico, histórico, espiritual e cavalheiresco. Dentro do romance, a tarefa presente de Riobaldo, narrador e personagem, é transformar seu passado em texto. Enquanto o passado era presente se fazendo no caos do cotidiano, Riobaldo não teve tempo para refletir o suficiente – embora fosse um indagador – e compreender. Portanto, quem se hasteia a leitura da obra logo se depara com o fato de que uma coisa existe dentro da outra – “a personagem dentro do narrador, o letrado

dentro do jagunço, a mulher dentro do homem, o Diabo dentro de Deus” (GALVÃO, 1986, p. 13).

Riobaldo quer contar o narrável de sua existência, o que diz não saber se sabe, mas faz algum juízo; não é a vida de um sertanejo, antes, a matéria vertente: a condição humana. Fica claro, então, que Riobaldo busca o significado para ele mesmo, para que ele se compreenda, para que ele adquira confiança em seus próprios juízos e principalmente em seus juízos sobre si mesmo. É praticamente um julgamento o que ele pretende talvez mesmo uma absolvição (Cf. GALVÃO, 1986, p. 135). Na medida em que não nascera jagunço, tornara-se em função das contingências de sua travessia, Riobaldo é jagunço tomado pelo destino. Riobaldo encarna as contradições do ser humano – traço marcante da obra rosiana –, nas suas idas e vindas, medos e preconceitos, angústias e dúvidas, convergindo em ser ambíguo, em constante formação. Numa imagem muito cara a Guimarães Rosa, a do rio enquanto representação da dualidade que é o homem e a vida, resvalando entre o ser e o não ser/bem e mal, o herói Riobaldo busca a terceira margem do rio; justamente o encontrar-se a si mesmo.

O narrar é aferidor da vida, e não o contrário. Em todo caso, aquilo que é contado/narrado não figura isoladamente como o mais importante, divide espaço com o próprio ato de contar/narrar. Destarte, a forma como é contado, ou seja, o próprio exercício da narração configura-se como um dos objetos da matéria narrativa em Guimarães Rosa.

Riobaldo, narrador/personagem, destinado que estava a recompor as artimanhas de sua existência em texto, como em qualquer ato de rememoração, silencia, esquece, valoriza; enfim, confere pesos diversos a cada passagem da vida narrada, o que possibilita pensar um exercício de memória performativo. Assim, o que se dignifica narrar detidamente e com pormenores são aqueles eventos relevantes enquanto experiência, que possam dar vazão à uma leitura satisfatória de si mesmo. Pouco importa o peso geral dos acontecimentos no tempo, nem mesmo a linearidade de sequência do que é narrado. Aqui há a crítica ao modo de narrar que persiga uma evolução linear, sem movimento.

Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim eu conto. Tem

horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe (ROSA, 1985a, p. 95).

Outra questão diz respeito à dificuldade de se reportar ao passado com clareza, incorrendo na possibilidade do desvio, do engodo, mesmo que involuntariamente, na apreciação de cada instante. Prossegue Riobaldo:

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balance, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mais teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado (ROSA, 1985a, p. 172).

A dúvida à respeito ao que de fato ocorreu, ao verídico, ao real enfim, demonstrando o quão penosa pode ser a tarefa de se pensar e elaborar a narração, de passar as experiências do vivido em texto. Temos aqui o autor, Guimarães Rosa, que se coloca pela boca de seu personagem para indicar na sua ficção a interface com o real, conquanto esteja falando de suas pesquisas e anotações de entrevistas, assim como, das impressões dos lugares e pessoas que conheceu. A experiência do existir e o ato do narrar, expedientes tortuosos que podem a cada momento induzir o falso, projetar o erro. “Os ruins dias, o castigo do tempo todo ficado, em que falhamos na Coruja, conto malmente. A qualquer narração dessas depõe em falso, porque o extenso sofrido se escapole da memória” (ROSA, 1985a, p. 379). O que o narrador de *Grande Sertão* nos informa nesta passagem é que o real se apresenta sob múltiplas camadas, está em movimento e pode conduzir à vários caminhos. Cabe, dessa forma, ao narrador por em ordem, oferecer significado ao caos do existir. A matéria da narração, do texto daí provindo, é consequência do embate entre os anseios, necessidades do autor com os elementos que compõem sua referência para escrever.

II

Com a publicação de *Grande Sertão: Veredas*, romance atípico e atemporal para e na prosa brasileira, Guimarães Rosa congrega elementos de diversas procedências na construção de um romance que se abre a perspectivas as mais variadas, partindo da

utilização de formas arcaicas da narrativa. Já na década de 1950 – momento em que fora publicado o romance acima citado – Rosa fazia verter por meio de Riobaldo não só a experiência passada a limpo de um jagunço, tampouco somente a condição humana em suas incertezas, antes, a matéria que confere formas à estória: a narrativa. Como fora indicado acima, o juízo a respeito do próprio ato do narrar encontra escopo na obra rosiana; o ofício de escrever é um ato que implica interação, enfrentamento, entre aquele que escreve e o objeto da escrita. É possível vislumbrar esta perspectiva numa passagem de outro texto menor e esquecido: “Também as estórias não se desprendem apenas do narrador, sim o performam; narrar é resistir” (ROSA, 1985b, p. 98).

Como não entrever nessas linhas do escritor mineiro uma vereda cheia de semelhanças com o que pensam estudiosos voltados à questão da narrativa?

Tratar o exercício de escrita da história como uma atividade eminentemente narrativa não é algo recente, podendo ser remontada ao século V a.c. na obra instituidora de Heródoto. Todavia, somente nos últimos séculos podemos assistir a um repensar do fazer historiográfico, verificando estudos preocupados em demarcar com mais precisão a singularidade do discurso da História em face da narrativa literária. Os estudos históricos contemporâneos revêm suas propostas metodológicas e epistemológicas em prol de um diálogo mais aberto com a literatura.

Walter Benjamin em suas “Teses Sobre o Conceito de História” (1994), aprioristicamente advertia sobre o necessário olhar atento que deveria lançar o historiador para os rastros, sinais e evidências das experiências do vivido, *ver o relampejar* enquanto tática que informa caminhos e possibilidades para realizar o seu ofício, exercício que requer deliberação e ação política. Como Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a praticar a *história a contrapelo*, deixando à margem os discursos letrados em razão da busca de narrativas impregnadas de memória, bem como, de experiências que proporcionam a visualização de sensibilidades e subjetividades.

Seguindo ainda o rastro do pensador alemão quando de sua fala em favor da história escrita e sua relação entre a forma épica e a historiografia, temos a narrativa enquanto atividade fundamentalmente composta por reminiscências, ou seja, o ato narrativo é um ato de memorização; daí projeta sua importância, recuperar o passado, mesmo que no ato mesmo da narração o reelabore. Ainda que, em toda a sua extensão, não haja intento de explicar nada, consegue agregar os interesses de quem lê, bem como, abrir espaço para divagação e questionamento sobre a continuidade do narrado.

“O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”. Como não aproximar esta afirmação de Benjamim àquela preocupação narrativa presente no *Grande Sertão* rosiano, onde a relação entre memória e esquecimento organiza o ato de contar, resultando daí uma refiguração do passado. No entanto, o pensador, estabelece adiante a diferença entre quem narra a história e quem a escreve: o historiador “é obrigado a explicar de uma ou de outra maneira os episódios com que lida...” (BENJAMIM, 1994, p. 201 et seq).

Durante seu processo de constituição de uma representação a respeito do passado, de posse das fontes ou rastros, o historiador age como articulador, garantindo interpretação e significado aos fatos selecionados; estratégias que mantêm interface com aquelas dos escritores de ficção. Estes escolhem, selecionam, organizam tramas e enredos, bem como, dão especial atenção ao uso e escolha de palavras e conceitos (Cf PESAVENTO, 2006). Seguindo Pesavento, deve-se compreender que o passado para o historiador é também tempo histórico recuperado e reconstruído pela narrativa. De modo que o historiador só pode alcançar a verossimilhança e não a veracidade. Vejamos:

Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa -, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia. O historiador atinge pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal. Passível de aceitação, portanto (PESAVENTO, 2006, p. 04).

Selecionar e significar são termos que nos levam as noções de trama e narrativa, entendendo que a história e a literatura estão próximas exatamente porque são construções de sentido acerca da realidade que lançam mão de tramas e narrativas. Guardado o devido respeito às estratégias inerentes a cada área do conhecimento, literatura e história, por caminhos e propostas metodológicas distintas, elaboram suas narrativas e constroem suas tramas de modo a produzir textos representativos de suas percepções de mundo (Cf. SILVA, 2007, p. 04).

O debate em torno das questões que envolvem história e narrativa diz igualmente respeito aquelas questões que incidem sobre os modos de percepção ou

representação do passado, bem como a forma que podem assumir as escritas da história reconstruídas. Há que se levar em conta o fato de que a forma de escrever a história não é indiferente aos modos de percepção dos tempos históricos das sociedades, mesmo que isto não esteja colocado por aqueles que realizam o trabalho da sua escrita. Cada tipo de sociedade em épocas distintas ou específicas concebe o tempo e ideias à respeito do mundo material e espiritual de forma particular. Reconstruir o passado em forma de representação implica reconhecer o caráter fugidio do mesmo, na medida em que – a exceção dos relatos prestados no presente e da presença dos eventos – os vestígios do passado são também representações, capazes de ao mesmo tempo informar significados e esconder intencionalidades. Em tal medida, torna-se coerente creditar as representações do mundo social aos interesses de grupo que as forjam. Relacionar, portanto, para cada caso, os discursos emitidos com o lugar de quem os lançam torna-se expediente necessário. Segundo Chartier (1998, p. 20), representação é um instrumento de conhecimento imediato que estabelece uma conexão com o algo (objeto) ausente, através de sua substituição por uma *imagem* capaz de reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg esse conceito é ambíguo, contendo pelo menos dois significados, “por um lado, a ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85).

Portanto, ao tratarmos da especificidade da narrativa histórica verificamos a possibilidade de pensar as representações como *entre-lugares* entre os vestígios do passado e a constituição da narrativa à respeito destes. Pensar os vestígios enquanto objetos acabados e plenos de sentido seria desconsiderar o que possuem de ausências, de lacunas e não-ditos; uma escrita da história que leve em consideração o conceito de representação vislumbrará a possibilidade de converter estas *ausências* em objetos pensáveis. Um exercício de construção em história para o qual estas *ausências* signifiquem também construções de silêncios, de lacunas, de não-ditos, cujos sentidos embora apagados possam ter se constituído, ou se constituir ainda, em *cenários organizadoras* da história, cuja representação pode tomar a forma de uma escrita da história (Cf: CERTEAU, 1982).

Contrariamente à posição relegada pelos adeptos da *Nova História*, a história-narrativa, compreendida enquanto factual disposto cronologicamente na forma de relato – dissimulando “opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário,

devem ser enunciados” (LE GOFF, 1990, p. 07) –, Chartier afirma a plena vinculação da história ao domínio da narrativa em todas as suas formas. Recuperando as análises de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (RICOEUR, 1994), o historiador francês reitera que “toda a escrita propriamente histórica construir-se-ia na forma do relato ou da encenação de uma ou várias intrigas, cuja construção seria fruto do trabalho de uma ‘configuração narrativa’” (CHARTIER, 1990, p. 81).

Mesmo sendo posta na categoria de relato, narrativa, a escrita da história não dispensa a inteligibilidade, porque a mesma é construída nos entremeios da própria narrativa, através de ordenamentos e composições, sempre submetidos a controle, daqueles dados inseridos na intriga como vestígios ou indícios. A aproximação entre narração e inteligibilidade se faz plenamente possível na medida em que os vestígios ou indícios permitem uma reconstrução válida de realidades quando metodologicamente questionados, aferindo-se sua validade enquanto elementos que dão a ver um passado inaudível. O estatuto do conhecimento que produz a história estaria

inscrito num paradigma do saber que não é o das leis matemáticas, nem tampouco o dos relatos verossímeis. A encenação em forma de intriga deve ser entendida como a operação de conhecimento, que não é da ordem da retórica, mas que considera fulcral a possível inteligibilidade do fenômeno histórico, na sua realidade esbatida, a partir do cruzamento dos seus vestígios acessíveis (CHARTIER, 1990, p. 83).

Consequentemente incorreríamos em erro caso julgássemos a escrita da História enquanto mera elaboração discursiva pelo fato de situar-se no domínio da narrativa. A narrativa histórica é elaborada com base na intersecção de dois pólos necessários, a saber, de um lado, o arsenal teórico-metodológico assumido pelo historiador enquanto critério de objetividade para compreensão de aspectos relacionados com o real e os vestígios do passado (fontes) – pensados não como fontes passivas, documentos dotados de veracidade absoluta, antes, textos complexos, cheios de desníveis; do outro lado, atua o indivíduo em sua subjetividade que, amparado em expectativas de sentido definidas a partir de debates teóricos e discussões intersubjetivas, constrói os entremeios do objeto histórico e do que resta dado a ler, aquém e ao fim da operação historiográfica, o texto. Portanto, admitir o elemento subjetivo na elaboração da narrativa histórica não significa dizer que o sujeito-historiador lance mão das fontes (vestígios do passado) segundo seus

interesses, indiscriminadamente. O objeto é construído a partir do diálogo entre o que permitem dizer as fontes e os protocolos de análise propostos pelo historiador.

Nos rastros do pensamento de Michel De Certeau (1982), o historiador age sob regras intersubjetivas que legitimam um campo de conhecimento, ou seja, o autor fala de um lugar teórico-metodológico que legitima sua fala. Esse campo por sua vez, garante estratégias válidas por meio das quais ele construirá e abordará seu objeto, levando-se em consideração sua subjetividade. Desse modo, o componente imaginativo da narrativa não é independente nem dos vestígios do real, com os quais o historiador opera, nem em relação aos métodos de validação do conhecimento, que lhes põem limites. A relação das regras do campo com os vestígios do passado confere legitimidade à narrativa histórica enquanto representação do passado.

III

Se a escrita da história assim como a escrita imaginativa constitui-se narrativa acerca do real, integrando em sua urdidura elementos de composição imaginativa, na medida em que o ato de narrar é, em si mesmo, um ato configurante, como manter a afirmação de que é um regime específico de conhecimento? O historiador italiano Carlo Ginzburg responde a esta questão como um desafio imposto pelos defensores de uma *virada linguística*, guardiões de teses céticas, que localizam a historiografia no campo da narrativa ficcional ou retórica. Contrariando essa suposta lógica, o historiador assevera que “no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica e (...) que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga” (GINZBURG, 2002, p. 13). Para Ginzburg, esses dois estilos de narração influenciam-se mutuamente. Os artifícios retóricos na composição da narrativa histórica visam dar conta das lacunas entre os componentes da narrativa (entre os vestígios/fontes), ajustando a configuração do objeto ao sentido geral pretendido do historiador. Vale salientar, a ideia proposta por Ginzburg via Aristóteles, do componente de prova contido na retórica; indissociavelmente ligadas, desde o Renascimento a história soube elaborar as técnicas eruditas que permitem separar o verdadeiro do falso.

O chamado paradigma “indiciário” informado pelo historiador diz respeito à um conhecimento baseado na apreensão e interpretação de sinais fugidios à um olhar pouco concentrado ou preparado que dêem vazão à um passado relutante contido nos documentos (vestígios), utilizando-se, de modo controlado, do entrelaçamento entre as lacunas documentais e os elementos tirados do contexto. Uma operação (ou um conjunto delas) onde o plausível e o provável tinham um lugar quase inevitável (Cf. GINZBURG, 2007).

Podemos assim compreender o recurso ao retórico como dispositivo útil para indicar possibilidades quando os vestígios/fontes não garantem induções precisas. Constituição do objeto e definição do sentido da narrativa: as expectativas - constituídas previamente - podem se modificar quando do contato com os vestígios. Esse movimento dialógico implica o caráter validativo das fontes/vestígios, dando vazão a certas narrativas ou composições de sentido, bem como, interditando outros. As fontes podem efetivamente subverter os sentidos que lhes oferecemos previamente quando do contato com sua materialidade. Mesmo que as fontes se apresentem mais como espelhos deformantes do que como janelas escancaradas, ainda assim, segundo procedimentos metodológicos específicos, permitem uma reconstrução de sentidos. Resulta daí seu irreduzível arremate: “reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe suas possibilidades cognitivas, construído a partir de provas e de controles” (Cf. GINZBURG, 2007, p. 329). Por isso, “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (GINZBURG, 2002, p. 45).

De fato, para poder representar eventos e fenômenos sem perder de vista a intenção de verdade e o acesso ao real, o historiador lança mão de conjecturas e analogias para se aproximar – verossimilhança – daquilo que não está posto claro: uma projeção do real amparada por indícios ou informada por possibilidades. Em todo caso, o positivo relatado e o verossímil devem figurar distintos no corpo da narrativa historiográfica. Este imbricamento de verdades e possibilidades, como também, a própria discussão em torno das hipóteses de pesquisa são expedientes reconhecidamente aceitos na historiografia atual.

Para efeito de conclusão parcial desta discussão embrionária, não enxergo, a princípio, fundamento algum no ponto de vista que insista em elidir a análise do ato narrativo. Em história, o exercício analítico perpassa a narrativa. “Enunciar significa

produzir, sintetiza o poeta ou, como diz o historiador, a narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta” (GAY, 1990, p. 171). Portanto, o estilo é o produto final de uma extensa e tortuosa travessia, entrecortada pela seleção das fontes e das técnicas para trabalhá-las. O texto é o projeto que une duas veredas – a análise e a narração. Verdades e verossimilhanças estão ali trançadas. Entre uns e outros, historiadores e romancistas, há os que a elaboram com apuro e arte. No mesmo sentido Guimarães Rosa, por meio de seu personagem-narrador – Riobaldo –, define lúcido, a mensagem de sua árdua criação narrativa: “Digo: o real não está nem na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 1985a, p. 60).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*. In: **Magia e Técnica, Arte e Política** – Obras Escolhidas, São Paulo: Brasiliense, 1994, Vol. I.
- CALVINO, Ítalo. **O cavaleiro inexistente**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1986.
- GAY, Peter. **O estilo na História. Gibbon, Ranke, Macauley, Burckhardt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira. Nove Reflexões sobre a Distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- _____. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Apêndice – Provas e possibilidades*. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007. (pp. 311-335).
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.
- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papirus, 1994.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **Estas Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. Entre *a História e a Literatura: as múltiplas letras, os múltiplos tempos, os múltiplos olhares em Graciliano Ramos*. In **Fênix – Revista de**

Revista *Expedições*: Teoria da História & Historiografia
Ano , N.3. dezembro 2011

História e Estudos Culturais. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV
n° 4, ISSN: 1807-6971.